

UMA SOLUÇÃO: ADOTE UM PROFESSOR

Por Mauro Nadruz

Os recentes acontecimentos levam-me a acreditar que nosso país ainda viverá grandes atrasos sociais e conseqüente aumento da criminalidade. Eu, como cidadão, não consigo conceber como uma coisa tão óbvia e de consenso da grande maioria, não receba investimento a altura por parte do governo. A educação.

Há anos vemos a classe dos professores reclamar por melhores salários, aparelhamento das escolas e da necessidade de novas construções devido ao aumento populacional. Vemos exemplos como o “cala a boca” dado em plenário pela professora de Natal, RN, mostrando o seu soldo e afirmando uma grande verdade: enquanto os professores receberem esta miséria, nunca neste país, a educação será a prioridade. E ela está corretíssima! Num país onde até 40 anos atrás, as escolas públicas eram consideradas as melhores, formando com grande conhecimento a população produtiva e hoje, com o ensino público degradado, paga-se mais pelo ensino médio particular do que uma faculdade. Mantendo-se estas políticas, não há meios de resgatar a qualidade e respeito perdidos.

Agora, recebemos a notícia de que o governo federal lança a evolução do bolsa família mas não com exigências ou melhor fiscalização, já que uma condicionante é manter os filhos menores de 17 anos dentro da escola, entretanto, sendo desrespeitado por mais de 50% dos beneficiados. Sem mostrar a importância deste fato, nunca entenderão que a educação lhes possibilita andar pelas próprias pernas, com orgulho no peito, como era antigamente quando muita gente pobre venceu na vida honestamente ou, simplesmente, alçou melhores condições provendo um teto, comida e educação aos seus filhos. Sou a favor dos programas sociais para a população mais carente e miserável, a mesma que, por ser marginalizada, sem nenhuma expectativa de uma vida melhor é esquecida e muitas vezes levada a cometer pequenos delitos, escalando para crimes de maior desenvoltura, pelo simples fato de que, não existem projetos nem políticas de estado de longo prazo que pretendam realmente mudar esta situação. Atacam-se as conseqüências, não as causas. Outro fator de grande contribuição a marginalização é o abrandamento das punições, novamente como soluções de efeito e não de causa. Exemplo é a lei recentemente sancionada pelo ministro da Justiça e nossa presidente (LEI 12.403/2011) substituindo a prisão em flagrante e preventiva, para a maioria dos crimes, em nove tipos de medidas cautelares, praticamente inócuas e novamente, sem meios de fiscalização. Crimes como o homicídio qualificado, estupro, tráfico de entorpecentes ou latrocínio ainda ocasionarão a prisão em flagrante ou preventiva, entretanto, o homicídio simples, roubo a mão armada, lesão corporal gravíssima, uso de armas restritas (fuzil, pistola 9 mm, etc.), desvio de dinheiro público, corrupção passiva, peculato, extorsão, etc., dificilmente admitirão esta condição.

Então falar que a ação do governo em ampliar o bolsa família de 3 para 5 filhos é combater o cinismo da aceitação da miséria é no mínimo infantil. Quando o país investe em cultura e educação para a população, o próprio país se beneficia das riquezas que esta condição proporciona, inclusive na drástica diminuição da criminalidade. Tomemos por exemplo a Coréia do Sul, recém visitada por comitiva de

nosso Estado. Nos anos sessenta era um dos países mais pobres, recém saída de uma guerra que a deixou destruída econômica e estruturalmente. Seu governo então decidiu investir no seu maior patrimônio: o povo! Proveu-lhe com escolas, educação e valorização dos professores resultando, num espaço de 20 anos, numa das maiores potências econômicas, gozando de grande qualidade de vida. A Coreia do Sul tem o tamanho do RS e possui uma população de 49 milhões de habitantes, ou seja, um quarto da nossa, concentrada em um pequeno espaço quando comparada a nossa extensão territorial.

Já que nossos governantes não realizam o básico, provendo o retorno nos altos impostos arrecadados, em educação, saúde e proteção, só nos resta uma alternativa: Adote um professor! A idéia constitui-se em doar à instituição pública da sua cidade ou bairro com um pequeno percentual econômico direto. Isto é plenamente possível e dedutível, portanto é o seu imposto agindo de forma direcionada. Em contra-partida, cobra-se resultados na qualidade de ensino dos alunos. Você pode achar uma idéia meio insensata, ou que isto é obrigação de nosso governo e não fazer nada. Bem, não é isso o que normalmente fazemos? Não é por esta mesma razão que investimos cada vez mais em nossa segurança em vez de recebê-la? Ou será que continuaremos a pagar impostos de primeiro mundo, receber serviços de terceiro e gastar uma boa quantidade de nossos proventos em grades, câmeras e alarmes, em maior quantidade e sofisticação, até não conseguirmos mais nos protegermos, porque as leis não mais permitem o encarceramento dos criminosos? Basta 20 anos, e passa tão rápido...

Mauro Nadruz é Administrador e Gestor de Segurança Pública e Privada e diretor da Activeguard [www.activeguard.com.br], possui especialização em políticas e estratégias de gestão pela ADESG-ESG [Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra] e certificação nacional de especialista em segurança [CES] pela ABSO – Associação Brasileira de Segurança Orgânica